

O trabalho em Marx, Durkheim e Weber: um possível diálogo

A categoria trabalho, nos clássicos, é constitutiva da investigação, da análise e interpretação do maior evento da modernidade: o capitalismo. Os três autores chegaram ao tema do trabalho devido a suas inquietações voltadas para melhor compreender esse grande acontecimento. Marx, Durkheim e Weber testemunharam o amadurecimento do capitalismo a partir da revolução industrial que instaurou uma profunda metamorfose socioeconômica, política e cultural.

Os sociólogos percebem que o surgimento da revolução industrial abole massivamente o sistema de vida que se conhecia e novas coisas surgem. Na busca pela compreensão e interpretação dessas “novas coisas” os autores empreendem seus estudos e escritos. Logo, se há um denominador comum no qual os autores podem ser inscritos é o de que eles são contemporâneos e testemunhas desse evento denominado capitalismo, que transfigura velozmente a sociedade em que vivem. É a partir de suas interpelações frente à expansão do capitalismo que o tema do trabalho emerge em Marx, Durkheim e Weber como uma categoria importante para a compreensão desse novo sistema. Porém, o trabalho assume significado distinto para eles, porque distintas são as suas inquietações. Numa síntese abreviada, em Marx o trabalho é

o lugar do conflito; em Durkheim, o da normatividade e, em Weber, o da racionalidade.

Como visto anteriormente, em Marx o trabalho é a categoria fundante para a compreensão das contradições expostas pelo capitalismo. Por um lado, o trabalho, fonte original da manifestação ontológica no mundo, quando apropriado pelo capital, se transforma no lugar da exploração, da extração do mais-valor, do assujeitamento e aniquilamento do ser humano; porém, é também o princípio da emancipação, porque carrega dentro de si a condição de classe social. Em Marx, o trabalho é impregnado da dialética, esse método que expõe as contradições e coloca em movimento um contínuo processo de mudanças. O trabalho, portanto, é sujeição, mas também emancipação.

Já em Durkheim, o trabalho ocupa outra função: não a do conflito, como exposto por Marx, mas a da normatividade. Para o sociólogo francês, a divisão do trabalho possibilita a solidariedade, a criação de vínculos sociais que permitem a substituição da consciência coletiva da sociedade agrário-rural. O trabalho regular, normativo, com renda satisfatória, é a argamassa da coesão social na sociedade urbano-industrial. A divisão do trabalho social permite organizar a sociedade na qual cada um cumpre uma função, criando as bases de uma moral comum que fortalece os vínculos e a vida em sociedade. Não é gratuito que o método de interpretação social atribuído a Durkheim seja o do funcionalismo. É a divisão do trabalho que permite a boa funcionalidade do todo (sistema) e das partes (subsistemas). A divisão do trabalho é a forma, por excelência, que faz funcionar a sociedade.

Weber, por sua vez, identifica no trabalho as bases ético-culturais para a compreensão e legitimação do capitalismo. Partindo-se do seu método de interpretação social, segundo o qual a sociologia é uma ciência compreensiva que capta o sentido que o sujeito dá ao seu comportamento, o autor vê no trabalho as bases que constituem a racionalidade do capitalismo ocidental. É a especialização do trabalho, com acentuada disciplina, como prova emblemática do caráter que se

deseja imprimir à vida e atividade pecuniária de origem religiosa, que imprime e dá ao capitalismo uma legitimação que ele jamais poderia conseguir apenas a partir das relações de poder.

Numa breve síntese, tendo presente a chave de leitura de cada autor, o seu método de análise e as inflexões que o trabalho produz na sociedade, temos o quadro:

	Chave de Leitura societária	Método de interpreta- ção social	O que o trabalho produz na sociedade
Marx	Econômica/Política	Dialético	Exploração/Emancipação
Durkheim	Social	Funcionalista	Solidariedade/Normatividade
Weber	Cultural/Religiosa	Compreensivo	Racionalidade/Burocratização

A possibilidade de um possível diálogo entre os autores, tendo presente a categoria trabalho, é reduzida. Vejamos as razões. Como destacado ao longo do texto, o trabalho é uma categoria central na teoria social de Marx; já em Weber e Durkheim, embora a categoria trabalho não assuma a centralidade como em Marx, ocupa lugar de destaque em suas respectivas teorias sociais. Interessa aqui a percepção acerca da função que o trabalho desempenha na organização social para cada um deles.

Durkheim e Weber, mesmo partindo de perspectivas diferentes, veem o trabalho como a base de certa normatividade social, condição que dá sustentação, funcionalidade e racionalidade ao sistema capitalista. Afastam-se, portanto, da leitura de Marx, para quem o trabalho é essencialmente disruptivo e não de caráter normatizador. Nessa perspectiva, podemos afirmar que há pontos de intersecção sobre o lugar que o trabalho desempenha na sociedade que são comuns a Weber e Durkheim e não a Marx. Porém, ao mesmo tempo em que é possível identificar em Durkheim e Weber um caráter normatizador, advindo do trabalho, o que não se observa em Marx, a causalidade que leva a isso é distinta, como também são distintos, na obra dos autores, os seus efeitos para a vida individual e social.

Durkheim, em seu método, considera que a sociedade tem precedência sobre o indivíduo e que as estruturas sociais o condicionam; portanto, a divisão do trabalho como um fato social é externa aos indivíduos. Em decorrência desse caráter, a divisão do trabalho social possibilita funcionalidade à sociedade. Há, em Durkheim, um olhar otimista sobre a função do trabalho como o lugar que fomenta a solidariedade. O autor é refratário a tensões, conflitos e rupturas sociais, identificados por ele como anomias, porque rompem com a possibilidade da vida em comum. Nesse sentido, Durkheim não questiona a essência do modo de produção capitalista, quando muito condena os seus excessos e desregramentos, mas aposta na divisão do trabalho social, a partir de determinadas regras, como meio de promoção da solidariedade e de uma moral comum de convivência social.

Weber chega a conclusões próximas de Durkheim sobre o papel que o trabalho desempenha na sociedade e o seu caráter de normatização-racionalização da vida social, porém a partir de um caminho distinto; tampouco partilha do otimismo de Durkheim sobre a função da divisão do trabalho e o seu efeito harmonizador. Lembremo-nos de que o método de análise social de Weber é radicalmente oposto ao de Durkheim. Se em Durkheim o objeto de compreensão social deve partir da sociedade, das estruturas, das instituições, em Weber, o ponto de partida é o indivíduo, e a sociedade, as organizações e instituições são resultantes da ação e interação recíproca entre as pessoas.

Logo, em Weber, o trabalho é manifestação da ação social, e não um fato social. Nessa ação social weberiana, o trabalho, no moderno sistema capitalista, carrega uma racionalidade, originária do *ethos* religioso, que é causal, e não consequência da sociedade produtiva. É como se Weber invertesse a lógica de Durkheim, ou seja, não é a sociedade capitalista que normatiza as pessoas pelo trabalho, mas sim as pessoas que normatizam o capitalismo pelo trabalho. O resultado pode ser o mesmo, o fato de que no capitalismo o trabalho se apresenta em suas formas de normatização, racionalidade, burocratização, mas as

causas e a forma como essas características se produzem são distintas nos autores.

A sutileza de interpretação deve-se ao fato de que, em Durkheim, é a divisão do trabalho orgânica, coletiva, social, que dá sustentação e legitimidade ao capitalismo; em Weber, é a ação individual no trabalho que dá liame ao sentido coletivo e racional que serve ao capitalismo, que encontra, na explicação de Weber, uma legitimação oriunda de uma ética de conduta de vida de traço religioso, que imprime ao trabalho uma racionalidade para o seu funcionamento. Em Durkheim, mais do que uma ética, há uma moral produzida pela divisão orgânica do trabalho, que impulsiona as pessoas a uma conduta de vida que dá funcionalidade ao capitalismo. Os resultados são similares, mas a causalidade é distinta. Ao mesmo tempo, percebe-se que Weber não é otimista como Durkheim em relação à sociedade do trabalho, à modernidade e, por consequência, ao próprio capitalismo. Durkheim alimenta expectativas positivas sobre o sistema. Tendo como base a divisão do trabalho associado às instituições políticas, culturais e religiosas, considera possível edificar uma sociedade socialmente equilibrada. O sociólogo alemão, por sua vez, considera que a racionalidade impressa na modernidade pela conduta racional do trabalho, mais do que a solidariedade social, empurra a todos para a “jaula de ferro”. Encontra-se aqui, como destaca Löwy (2014), uma crítica liberal de Weber ao capitalismo como sistema que sentencia os indivíduos, em todas as esferas da vida, a uma existência de anulação da liberdade individual e enclausura-os, em suas palavras, na “jaula de aço”.

A crítica subjacente ao capitalismo e sua racionalidade como um sistema de disciplinamento e embotamento da conduta humana pelo trabalho, na visão de Weber, é algo que não se vê explicitamente em Durkheim. Em contrapartida, esse olhar crítico que a causalidade do trabalho cria na sociedade abre uma possibilidade de diálogo entre Weber e Marx. Trata-se, entretanto, de um diálogo frágil. A fragilidade

do diálogo entre Weber e Marx, a partir do trabalho, deve-se ao fato de que essa categoria cumpre funções distintas em suas teorias sociais.

Em Weber, a causalidade do trabalho explica a forma como o capitalismo se desenvolve no Ocidente, o que lhe é específico em relação a outros capitalismos e outras culturas.¹ Weber não está interessado em um julgamento *a priori* do capitalismo, mas sim na compreensão daquilo que lhe é particular em sua ordem racional; ao contrário, em Marx, a causalidade do trabalho é diferente, porque serve a outra inquietação, não a de compreender porque o capitalismo assumiu determinadas características como em Weber, mas sim o porquê desse sistema produzir contradições irreconciliáveis. Em Weber, a categoria trabalho é abordada, sobretudo, a partir de bases culturais e, em Marx, a partir de bases econômicas. É devido a esse corte diverso de análise que a religião também assume caráter bastante distinto nos autores. Na teoria social weberiana, a religião ocupa um lugar de relevo para a compreensão da forma como se origina e desenvolve o capitalismo; já na teoria marxiana, a religião é irrelevante no seu quadro explicativo de como se constitui o capitalismo. Ainda mais, em Marx, a religião se projeta como ideologia e alienação que impede a retirada do véu da observação crítica da materialidade dos fatos; já em Weber, o desencantamento do mundo, ou seja, o declínio da religião como mediação para se compreender o mundo não retira a sua importância para a vida das pessoas. Em Weber, afirma Schluchter (2014), a ciência moderna não se presta ao papel de substituta da religião.

Não se trata aqui de aferir quem está correto ou não, uma vez que as questões formuladas por ambos na busca pela compreensão do capitalismo são distintas. Logo, não é prudente confrontar respostas para as quais a problemática formulada originalmente é distinta. Weber está interessado em entender, na modernidade do Ocidente, em

¹ Diferentemente de Marx, Weber considera que o capitalismo é universal e sempre esteve presente na história humana, inclusive nas sociedades antigas.

sua versão capitalista, as razões pelas quais as pessoas se comportam manifestando uma racionalidade homogênea.

Marx está interessado em entender as razões do capitalismo ser um sistema que produz uma profunda clivagem social que aparta as pessoas e estrutura classes sociais. É nessa perspectiva que deve ser entendida a afirmação de que o eixo condutor de análise em Weber é de ordem cultural e em Marx de ordem econômica. Essa percepção faz-se importante quando analisamos, nos autores, outras categorias como sociedade, Estado, burguesia, classes sociais, religião e assim por diante. Essas categorias, assim como a categoria trabalho, precisam ser lidas a partir dos seus métodos de interpretação social.

Posto isso, não significa que Marx, Durkheim e Weber, escudados em seus métodos, estejam imunes a questionamentos. Ao contrário, não é incorreto interpretar de forma crítica como cada um se posicionou em seu tempo histórico diante dos fatos que ocorriam. É nesse sentido que muitos atribuem uma permissividade maior de Durkheim e Weber para com o capitalismo, diferentemente de Marx. De fato, Weber, e muito menos Durkheim, não podem ser considerados como contundentes críticos do capitalismo; o mesmo não pode ser dito sobre Marx. Curiosa e paradoxalmente, o capitalismo é visto com certo otimismo por Durkheim e por Marx; Weber, por sua vez, projeta um olhar pessimista sobre o capitalismo. Vejamos porque pode se considerar, mesmo por razões opostas, o fato de Durkheim e Marx guardarem certo otimismo com o capitalismo. Em Durkheim, a divisão do trabalho social, como já destacado, tem o potencial de fornecer uma base moral de vida em comum que produz solidariedade e permite o equilíbrio social. De certa forma, o fordismo, considerado o período dos anos dourados do capitalismo,² e o seu pleno emprego, com direitos associado à rede

² A expressão “anos dourados do capitalismo”, período que vai do final dos anos 1940 até o início da década de 1970, é utilizada pelo historiador inglês Eric Hobsbawm ao comentar o crescimento virtuoso das economias estadunidense e europeia após a Segunda Guerra Mundial. Essas economias entraram num ciclo acelerado de

pública de serviços de qualidade, como se desenvolveu no Ocidente, é a manifestação do projeto societário idealizado por Durkheim. O “otimismo” de Marx para com o capitalismo reside noutra razão, radicalmente oposta à de Durkheim. Marx está convicto de que os efeitos deletérios do capitalismo provocarão a sua própria destruição e dos seus escombros surgirá uma nova sociedade, a sociedade da distribuição das riquezas em comum, o comunismo. Esse “otimismo” de Marx se deve ao fato de que o capitalismo, ao promover a evolução das forças produtivas, desenvolve em seu interior a luta de classes. Tem-se, aqui, uma forte diferença entre os dois. Para Durkheim, as tensões, os conflitos sociais, os movimentos de ruptura são anormais e devem ser submetidos a uma espécie de “terapia sociológica” para justa harmonização, para a reinstauração da eunomia; já para Marx, os conflitos sociais e suas derivações são fatos inerentes à sociedade, e são justamente estes que produzem a história. Em Weber, como já visto, o capitalismo empurra a sociedade para uma vida racional-burocrática que entorpece e restringe a liberdade humana. Essa visão pessimista de Weber assume, entretanto, um caráter de resignação, uma vez que se trata de uma crítica que não resulta em qualquer ação transformadora. Weber não via o capitalismo com bons olhos, entretanto, também não acreditava que o socialismo fosse a alternativa pelas mesmas razões de sua crítica ao capitalismo, ou seja, a centralidade da burocracia na vida social, esse poder de racionalização das vidas que restringe a liberdade individual. Weber considerava que os problemas advindos do gigantismo dessa burocracia se agravariam num sistema socialista de planejamento do Estado.

Cabe uma breve observação acerca de certo consenso que se estabeleceu em qualificar Durkheim como o mais conservador dos autores, principalmente em relação ao seu posicionamento frente ao capitalis-

crescimento, tendo em sua base a sinergia entre o aumento de produtividade, assalariamento e geração de empregos.

mo. Essa rotulação é redutora e apressada. Quem lê mais atentamente Durkheim reconhece que ele defendia uma sociedade em que o trabalho fosse regular, protegido por direitos e com renda satisfatória. Ainda mais: Durkheim sugere que a ideal divisão do trabalho social, para garantir maior autonomia, liberdade e coesão, deveria ser organizada a partir do que denomina de corporações, espécies de associações profissionais no estilo de cooperativas, controladas pelos próprios trabalhadores.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que o diálogo acerca da categoria trabalho nos clássicos é algo que apresenta limites já que, se é verdade que dialogam com o mesmo problema de fundo – a modernidade e o capitalismo –; a forma como o abordam, as perguntas que se fazem e o método que utilizam são diferentes, logo, as respostas sobre o lugar que o trabalho ocupa em suas teorias sociais são distintas. O que se pode dizer é que, na obra dos três autores, o trabalho é uma categoria importante em seus empreendimentos de compreensão do capitalismo. Marx, sem dúvida, é o autor em que mais o trabalho assume centralidade. O relevante é que cada um, ao seu modo, auxilia-nos a “ler” o trabalho como um elemento central na vida social, econômica, cultural e política. Por isso mesmo, independente de possíveis filiações a cada uma dessas teorias, trata-se de compreender que são obras clássicas exatamente por que nos ajudam a decifrar, no caso específico da categoria trabalho, o lugar que essa atividade humana, existente desde o surgimento da civilização, ocupa no construto social.

Não é gratuito que nas ciências sociais derivou-se um ramo específico, a sociologia do trabalho, em que é obrigatória a literatura marxiana, durkheimiana e weberiana para quem deseja compreender a importância ontológica e material do trabalho na vida humana. Marx, Durkheim e Weber nos dão chaves de leituras a partir de diferentes matizes, que com a devida hermenêutica, reatualizam e enriquecem o devir do trabalho na sociedade.